



A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A LUTA PELO TERRITÓRIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPLEMENTAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS MST E MTST

Jaqueline de Arruda Campos¹

jaqueline.ufrn@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

André Fernandes da Silva²

andreesdra@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico brasileiro tem sido marcado pela desigualdade socioespacial desde o período colonial até os dias atuais. Nesse sentido, a atual legislação brasileira ainda carrega lacunas e falhas que tornam a distribuição territorial predominantemente injusta e, em decorrência disso, a luta por uma reforma fundiária (urbana e rural) brasileira vem se intensificando ao longo dos anos. Um exemplo é a propagação e o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em 1984, que luta por uma distribuição igualitária de terras no campo, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), fundado em 1997, que luta pela moradia digna nos centros urbanos.

Assim, percebemos duas vertentes de luta por uma reforma territorial no Brasil: a da reforma urbana e a da reforma agrária. Todavia, verifica-se uma ausência de estudos que partem de uma análise da estruturação geográfica em que esses movimentos sociais estão inseridos bem como a correlação entre eles. No Brasil, têm sido desenvolvidos muitos estudos antropológicos e sociológicos sobre o MST e MTST, mas mesmo os estudos realizados pela Ciência Geográfica acabam seguindo a lógica de investigação das Ciências Sociais. Logo, nos atentamos para a necessidade de uma análise verdadeiramente geográfica já que “um tratamento conceitual geograficamente mais sensível dos movimentos sociais é necessário, caso realmente se deseje entender os

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

movimentos sociais em sua plena complexidade e variabilidade” (MILLER, 2000 apud SOUZA, 2013, pg. 258).

À vista disso, buscamos efetuar um estudo dos movimentos sociais MST e MTST de forma integrada, compreendendo os espaços rural e urbano de maneira não dicotômica e considerando o espaço enquanto totalidade, já que entendemos que dessa forma é possível realizar uma análise mais profunda e compreender a complementariedade das lutas por terras no campo e na cidade. Para tanto, utilizamos como recursos metodológicos, além da revisão bibliográfica, levantamentos de dados do censo demográfico (2000, 2010), agropecuário (2006) e da Fundação João Pinheiro (2013).

Nesse sentido, averiguamos como a concentração fundiária, a ausência de infraestruturas e serviços de qualidade destinados à área residente da população de classe baixa, seja no campo ou na cidade, estão interligadas em uma mesma lógica de desenvolvimento de forças produtivas que, por meio da modernização do campo e do avanço de uma urbanização corporativa, têm impulsionado a migração do campo para a cidade, acelerando o processo de segregação socioespacial.

A COMPLEMENTARIEDADE CAMPO-CIDADE

Em decorrência do espaço não ser uniforme, mas sim possuir particularidades, ele tem sido usualmente dividido em subcategorias, tais como o espaço urbano e o rural. Nessa direção, concordamos que o espaço realmente possui especificidades e, por isso, compreendemos o campo e a cidade como formas (materialidade) do espaço e o urbano e o rural como conteúdos (modo de vida)³ do espaço, ambos diferenciados. Contudo, mesmo com todas essas peculiaridades presentes no espaço, não podemos entendê-lo de forma dicotômica, visto que tanto a materialidade quanto o modo de vida não estão presos a determinados espaços, como o modo de vida rural não está preso ao campo e nem o modo de vida urbano está preso à cidade.

Assim, é necessário entender o espaço enquanto totalidade⁴. Não o limitando somente a sua materialidade e nem somente ao seu conteúdo, mas sim enquanto um composto de formas-conteúdo inseparáveis, uma vez que a forma e o conteúdo somente

³ LOCATEL, C. D. (2013) discute a complementariedade campo-cidade.

⁴ Entendemos o espaço enquanto totalidade segundo os estudos de SANTOS, M. (2008)



existem separadamente como "verdades parciais", abstrações que apenas reencontram seu valor quando vistos em conjunto (R. Ledrut, 1984, p. 32 apud SANTOS, 2008, pg. 100).

Diante disso, não podemos entender os problemas urbanos ou rurais de forma isolada como se ambos se restringissem a cidade e ao campo. Afinal, atualmente não existe uma distinção clara entre áreas rurais e urbanas no Brasil. Santos (1993, pg. 65) acredita que devido à urbanização e à expansão capitalista no campo, o território brasileiro se encontra, atualmente, grosseiramente repartido em dois grandes subtipos denominados “espaços agrícolas” e “espaços urbanos”. Logo, hoje, o espaço rural já não existe de forma tão específica, o que existe são espaços urbanos imbricados a espaços agrícolas (onde a agropecuária é praticada), geralmente ocorrendo a predominância de algum espaço em relação ao outro.

Segundo o censo demográfico do IBGE, em 2000, o pessoal ocupado em Atividade Agropecuária total no Brasil era de 12.119.389 de pessoas, desses, 8.617.278 (71,10% do total) residiam nas áreas rurais. Contudo, em 2010, esse valor caiu para 7.955.881 (69,10% do total). Enquanto que na área urbana subiu de 3.502.111 (28,90% do total) em 2000 para 3.558.144 (30,90% do total), em 2010.

Assim, apesar do censo constatar que a maior parte do pessoal ocupado na atividade agropecuária possui domicílio na área rural, percebemos que ainda existe um número considerável de 30,90% residindo em áreas urbanas. Além disso, em 2010, como citado acima, o pessoal ocupado na agropecuária nas áreas rurais era só de 7.955.881 sendo que nesse ano a população rural era de 29.829.995, ou seja, só 26,67% da população rural trabalhava com agropecuária. Esses dados são relevantes na medida em que são capazes de demonstrar como a dicotomia campo-cidade não existe na realidade, visto que 73,33% da população rural não trabalham com atividades agropecuárias, muitas vezes trabalhando na cidade no setor terciário.

Desse modo, com base nos dados apresentados acima, percebemos a dinâmica das formas-conteúdo do espaço na qual o trabalhador, seja ele de residência urbana ou rural, não tem restringido sua atuação profissional nesses espaços, contribuindo, assim, para



uma combinação de elementos espaciais e culturais. Tal fato pode ser constatado ao analisarmos a trajetória errante do trabalhador brasileiro que

experimenta uma diversidade de condições de vida e vai tecendo entre o campo e a cidade uma teia de relações que assegura a sua sobrevivência. Neste movimento, verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto a adoção de valores e padrões de consumos urbanos no campo. (MARQUES, 2004 apud GOLDFARB, 2007, pg. 168)

Portanto, é necessária uma análise complementar do campo e da cidade para se entender o espaço enquanto totalidade. E essa análise tem que ser constante, visto que "a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo" (SANTOS, 2008, pg. 117-118).

A COMPLEMENTARIEDADE DAS LUTAS DO MST E DO MTST: UMA ANÁLISE POR MEIO DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

Ao analisar o espaço enquanto totalidade é possível realizar uma investigação científica acerca dos movimentos sociais que lutam por uma reforma agrária (MST) e uma reforma urbana (MTST) de maneira integrada e complementar.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, se caracteriza por ser um movimento de luta a favor de uma mudança na estrutura fundiária capaz de tornar a distribuição de terras mais igualitária no Brasil. Assim, o movimento passou a levantar a bandeira da Reforma Agrária, o que acabou por promover uma pressão popular nos políticos. Isso posto, o tema foi incluído na constituição de 1988 garantindo o direito à terra e a desapropriação dos latifúndios improdutivos para fins de reforma agrária.

Ao longo dos anos, o MST foi se desenvolvendo e a reforma agrária foi se concretizando, mesmo que parcialmente, em várias partes do Brasil. Atualmente, o movimento já conquistou o assentamento de cerca de 350 mil famílias em terras desapropriadas, a criação de 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 19,9 mil associações nos assentamentos.

Porém, a luta ainda continua, já que os assentamentos normalmente possuem uma infraestrutura precária que prejudica o desenvolvimento da atividade agrícola pelos



agricultores assentados, além de uma escassez de serviços como saneamento, energia elétrica, saúde, educação e lazer. Além disso, infelizmente, a desigualdade fundiária ainda segue feroz juntamente com a demanda por terra da população sem-terra.

De acordo com censo agropecuário de 2006, existem no Brasil mais de 295 mil famílias em acampamentos de reforma agrária lutando por um pedaço de terra. O mesmo censo informa também que 47,86% do número de propriedades no Brasil ocupam uma área de menos de 10 hectares cada, o que somando dá 2,36% das áreas agrícolas do país, enquanto que 0,91% do número de propriedades do Brasil ocupam uma área de mais de 1000 hectares cada, o que equivale no total a 44,42% da área agrícola do país. Ou seja, tem muita gente com pouca terra e pouca gente com muita terra.

Ademais, segundo diagnóstico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o cenário de expansão da concentração de terras no Brasil aumentou na última década. Em 2003, 112.463 mil propriedades concentravam mais 214 milhões de hectares. Em 2010, eram 130.525 propriedades, controlando mais de 318 milhões de hectares, desse total 40% são áreas improdutivas, abandonadas ou produzem abaixo da capacidade.

Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Teto (MTST) foi fundado em 1997 e se caracteriza por ser um movimento que luta pela moradia nos centros urbanos. Os “sem-teto” não necessariamente são moradores de rua e em situação de extrema miséria, a maioria são trabalhadores - ainda que muitas vezes na informalidade e sem direitos assegurados - que moram em situação de coabitação onde ocupam algum pequeno cômodo em casas de parentes ou cortiços, moram em casas precárias na maioria das vezes situadas em áreas de risco ou moram de aluguel e acabam sendo reféns de valores abusivos cobrados que comprometem mais que a metade da pequena renda familiar (BOULOS, 2014).

Tendo em vista todo esse contexto em que os “sem-teto” se encontram, evidencia-se no Brasil um grande déficit habitacional tanto quantitativo quanto qualitativo. É possível comprovar esse fato por meio da análise de um estudo feito pela Fundação João Pinheiro, publicado em novembro de 2013, que é utilizado oficialmente



pelo Governo Federal, no qual percebemos que o déficit habitacional quantitativo no Brasil é de 6.940.691 famílias. Isso significa que cerca de 22 milhões de brasileiros (10% da população do país) não possuem moradia. E destas 22 milhões de pessoas, cerca de 43% vivem em situação de coabitação familiar. Outros 31% são impelidos a comprometer grande parte de sua renda com aluguel. Há ainda outros que vivem em casas precárias ou em cortiços.

Outrossim, existe o déficit habitacional qualitativo, que se refere à falta de condições básicas para uma vida digna como acesso a eletricidade, coleta de lixo, esgoto e abastecimento de água potável. E este número é ainda maior, são 15.597.624 famílias nesta situação, ou seja, cerca de 48 milhões de pessoas. Contudo, contraditoriamente, não faltam casas no Brasil. Atualmente, existem 6.052.000 imóveis vazios e permanentemente desocupados - sem falar nos terrenos ociosos, onde não há edificação -, sendo que 85% deles teriam condições de ser imediatamente ocupados. E vale ressaltar que esses milhões de imóveis vazios não incluem os imóveis chamados de “segunda residência” como chácaras ou casas de praia que algumas famílias possuem, mas apenas os imóveis permanentemente desocupados. Ou seja, percebemos que o número de imóveis vazios é quase proporcional ao déficit habitacional quantitativo que é de 6.940.691 famílias.

Sendo assim, percebemos que o problema da concentração fundiária e do déficit habitacional no campo e na cidade, bem como todas as consequências sociais geradas, não está relacionado à ausência de terras para todos, mas sim à uma má distribuição. Esse fato é decorrente do desenvolvimento de uma lógica produtiva que tem gerado um forte avanço da especulação imobiliária no Brasil, o qual acaba por criar uma mercantilização da escassez. Nesse sentido, comprar terras ou imóveis, tanto na cidade como no campo, e mantê-los vazios e sem utilização vem sendo uma forma eficaz de realizar um investimento financeiro lucrativo, já que nessa lógica ambos bens são mantidos como uma poupança à espera de uma possível valorização. É nesse sentido que se fala em um mercado e um estoque de terras administradas por grandes firmas e empreendedores. Esse avanço da especulação imobiliária, juntamente com o processo de modernização do campo e o desenvolvimento do que Santos (1993) chamou de urbanização corporativa, tem gerado um quadro bastante problemático relacionado à



ausência de uma distribuição igualitária de terra e moradia no Brasil, o que justifica a formação dos movimentos citados acima.

No tocante à modernização do campo brasileiro, iniciada principalmente na década de 1960, que se caracteriza pela aplicação de novas tecnologias à área rural como maquinário agrícola, agrotóxicos, adubos químicos, sementes e demais insumos, constata-se que esta trouxe inúmeras consequências sociais e ambientais⁵ para nosso país. Nesse sentido, cabe destacar a diminuição da demanda por mão de obra no campo, o que juntamente com a rígida desigualdade fundiária e a falta de investimentos ao pequeno agricultor foram fatores determinantes para um considerável processo migratório conhecido como “êxodo rural” que resultou na migração de mais de 30 milhões de trabalhadores rurais para as cidades, nas décadas de 1960 e 1970, aprofundando uma tendência de migração rural-urbana que já vinha se manifestando desde os anos 1930, provocada pela crise da economia do café, que foi posteriormente fomentada pelas características do processo de industrialização, a partir dos anos 1950 (BARCELLOS 2000 apud AQUINO, 2008).

Esse processo foi um dos fatores recentes da história do Brasil, responsável por gerar uma nova urbanização no país em decorrência do rápido aumento populacional em seus principais centros urbanos. Assim, em virtude de toda essa problemática, grande parte desses emigrantes camponeses passam a ser demandantes da reforma agrária, seja diretamente (participando de acampamentos do MST próximos à cidade), seja indiretamente (como um exemplo estatístico da consequência do problema fundiário no campo que, de certa forma, justifica e incentiva a continuidade das lutas do MST). Além disso, cabe destacar também que esses emigrantes camponeses, bem como seus filhos e demais familiares, que muitas vezes nasceram ou passaram a viver a maior parte de suas vidas na cidade, passaram a ser também demandantes por reforma urbana que vise converter o quadro de déficit habitacional quantitativo e qualitativo das cidades.

Ou seja, em vista de todo esse contexto político social descrito, percebemos que tanto a luta pela reforma agrária como pela reforma urbana não têm sido um problema

⁵ Para entender mais sobre os impactos da modernização da agricultura ler GRAZIANO NETO, F. (1982); SILVA, J. G. (1982).



somente do campo ou da cidade de forma isolada. Em relação à reforma agrária, entendemos que “não é mais apenas a luta pela permanência no campo, mas a luta pelo retorno ao campo.” (GOLDFARB, 2007, pg. 85). Esse fato é perceptível, uma vez que

o trabalho de base do MST que arregimenta trabalhadores para os acampamentos passou a ser realizado nas periferias das cidades, pequenas e médias e, mais tarde, também nas grandes. Estamos presenciando a heterogeneização do sujeito da luta pela reforma agrária. Além do posseiro expulso, o boia-fria, e, além deste, o desempregado urbano, o filho de agricultores urbanos, etc.” (GOLDFARB, 2007, pg. 81)

Nesse sentido, o MST tem acolhido moradores da cidade fomentando um fluxo migratório urbano-rural tanto de pessoas que nunca foram ligadas ao espaço rural como de pessoas que viviam no rural, mas foram forçados a migrar para a cidade, caracterizando assim um fluxo migratório de retorno “rural-urbano-rural”⁶. Um exemplo é a criação de assentamentos próximos a grandes cidades conhecidos como “Comunas da Terra” que surgem com o objetivo de construir uma alternativa para a população espoliada dos grandes centros urbanos. São considerados como

um território de um novo camponês, que possui elementos de urbanidade, (...) [porém] não são um espaço de transição, pelo contrário. Barram a expansão da cidade, permitem a reprodução e recriação do modo de vida camponês, mas incorporam elementos do urbano e aí encontram a sua radicalidade. São o projeto de um campo recriado nos interstícios do tecido urbano” (GOLDFARB, 2007, pg. 172-173)

Tal fato nos traz um questionamento em relação à hipótese do desaparecimento do rural em virtude da expansão urbana, revelando como os movimentos sociais se refazem e resistem criando novas formas de conquistar terra, moradia e qualidade de vida. Desse modo, faz-se necessário compreender a luta pela reforma agrária por essa perspectiva totalitária e não como sendo um problema isolado que somente desrespeito ao espaço rural brasileiro. Porém, é preciso entender também que a luta pela reforma urbana também não está isolada dos fatos citados acima, já que a criação das “comunas da terra”, ou mesmo a presença de antigos moradores urbanos em assentamentos comuns, pode ser considerada como um mecanismo de “fuga” da realidade caótica de desemprego, violência e precariedade das áreas periféricas da cidade que parte de seus moradores desenvolveram. Ou seja, a migração urbano-rural das periferias urbanas para os assentamentos rurais é um exemplo importante de ser constatado, pois é capaz de demonstrar a demanda tanto por uma reforma urbana como por uma reforma agrária.

⁶ Para um maior aprofundamento sobre os fluxos migratórios rural-urbano-rural e urbano-rural, ler dissertação de AQUINO, 2008.



Por esse ponto de vista, é indispensável uma visão mais complementar entre campo e cidade, já que os problemas de um causam rebatimentos no outro e vice-versa, resultando, assim, em um encadeamento complexo entre ambos, tornando cada vez mais difícil a definição da origem de tais problemas.

Por exemplo, "o filho do migrante nordestino que vai para a favela do Jaguaré em São Paulo, nasce como paulistano. Ele não é migrante, mas é uma vítima da migração. Isso não aparece na estatística" (MARTINS, 2012, pg. 127). Nessa perspectiva, precisamos refletir para além dos dados estatísticos e buscar respostas mais aprofundadas e condizentes com a realidade. Afinal, tomando como base o exemplo acima, entendemos que o problema da favelização em Jaguaré não é só de Jaguaré, nem só de São Paulo e nem só da cidade, mas sim um problema mais amplo de desigualdade social no Brasil que, na maioria das vezes, vincula-se à existência de um modelo espacial desigual, que frequentemente está ligado à falta de acesso à terra e qualidade de vida no campo. Por isso é preciso entender que "a pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial." (SANTOS, 1993, pg. 10)

Isso posto, percebemos que a distribuição de terras tanto na área urbana como na área rural são extremamente desiguais e ilegais já que, contraditoriamente, a própria Constituição Brasileira assegura no seu artigo 6º o direito à moradia. Além do Artigo 170º, o qual expressa que a ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. E para assegurar essa existência digna, o artigo cita uma série de princípios que necessitam ser cumpridos como o direito à propriedade privada, a função social da propriedade, a livre concorrência e a redução das desigualdades regionais e sociais. Não obstante, comparando essas pretensões citadas na Constituição com as questões abordadas ao longo do texto, percebemos uma grande contradição, já que o direito à propriedade privada e a livre concorrência vem sendo cumpridos rigidamente, ao contrário do cumprimento da função social da propriedade. E isso tem ocorrido justamente devido a uma lógica econômica de mercantilização das terras, o que tem gerado um quadro de especulação imobiliária desregrada e um aumento das desigualdades regionais e sociais, ao contrário do almejado pelo artigo 170º da Constituição.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidenciamos a importância da realização de uma análise geográfica dos movimentos sociais partindo da ideia do espaço enquanto totalidade. Só assim, fugimos do perigo de estudos dicotômicos e fragmentados do espaço geográfico e asseguramos um olhar mais consciente acerca da complementariedade da cidade e do campo e da dinâmica espacial repleta de formas-conteúdo em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto se inserem.

A análise obtida nos revelou que a população de renda baixa de agricultores é cada vez mais repelida do campo modernizado, enquanto a população de renda baixa de citadinos é repelida das áreas centrais das cidades onde há um acesso maior a serviços urbanos. E ambas essas populações são frequentemente obrigadas a se alojar nas áreas periféricas das cidades que não possuem o mínimo de infraestrutura e serviços urbanos. E essa carência de serviços nessas áreas acabam retroalimentando a especulação imobiliária, pela valorização diferencial das frações mais valorizadas do território urbano, o que acaba, inclusive, contribuindo para a cobrança de valores abusivos de aluguel nessas localidades.

Assim, tanto a política de reforma agrária como a política de reforma urbana no Brasil estão sendo realizadas de forma lenta e pouco eficiente, posto que ambas têm cedido às necessidades econômicas das grandes firmas e instituições, ao contrário de suprir as necessidades da maioria da população, inviabilizado, dessa forma, a consecução de uma reforma agrária e uma reforma urbana eficientes.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, S. L. **A Caminho do Campo: As Relações entre Reforma Agrária e Migrações rural-urbano-rural e urbano-rural.** Um Estudo de Caso em Campos dos Goytacazes - RJ. 2008. 182 pgs. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento agricultura e sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto.** São Paulo: Autonomia literária, 3ª ed., 2015.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre campo e a cidade: As comunas da terra do MST,**



sua gestação, principais atores e desafios. 2007. 199 pgs. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOCATEL, Celso D. **Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil.** In: Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 85-102, set. 2013.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 4ª ed., 2012.

MATOS, R. E. S. **Reflexões acerca da expansão da grande cidade na atualidade e de seu papel na expulsão e recepção de população.** In: Novas Periferias Metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidade no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

RADOLPH, R. SOUTHERN, B. C. **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2ª ed., 2015.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira,** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 4ª ed, 2008.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

STÉDILE, J. P. **A questão no Brasil.** São Paulo: Atual, 1997.